

ano 4 - n. 07 | julho/dezembro - 2020  
Belo Horizonte | p. 1-194 | ISSN 2594-8393  
Revista Fórum de Direito na Economia Digital – RFDED

# Revista Fórum de Direito na Economia Digital

# RFDED

**FÓRUM**  
CONHECIMENTO JURÍDICO

# Sumário

## **DOCTRINA**

### ARTIGOS

O tratamento de dados pessoais sensíveis: entre a LGPD e o Direito Médico

<b>Alyne Calistro, Marcelo Coutinho Dias Ferreira Filho</b> .....	9
Introdução .....	9
1    Dados pessoais e dados pessoais sensíveis .....	11
2    Como a lei assegura o tratamento desses dados – antes da LGPD, códigos de ética médica.....	18
3    Como será com a LGPD.....	25
4    Uso de dados pessoais e dados pessoais sensíveis pela tecnologia.....	29
Conclusão .....	33
Referências .....	34

A decisão do STF sobre softwares e seus impactos tributários

<b>Ana Carolina Carpinetti, Guilherme Villas Bôas e Silva</b> .....	37
Introdução .....	37
1    A origem e o histórico das ADIs nº 1.945/MT e 5.659/MG .....	39
2    O julgamento e o posicionamento do STF nas ADIs nº 1.945/MT e 5.659/MG .....	44
3    Impactos tributários decorrentes do posicionamento do STF nas ADIs nº 1.945/MT e 5.6859/MG.....	49
(A)    Licença de Uso X Licença de Comercialização .....	49
(B)    O software como bem digital .....	52
(C)    A Não-Incidência do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) sobre as Remessas ao Exterior para Aquisição e Licença de Software Padronizado.....	53
Conclusões .....	55

Breves considerações acerca da decisão do STF no sentido da não-incidência do ICMS sobre a licença de uso de software e seus efeitos

<b>Antenori Trevisan Neto</b> .....	59
Breves considerações acerca da decisão do STF no sentido da não-incidência do ICMS sobre software e seus efeitos .....	59
1    Evolução da Legislação Tributária e da jurisprudência sobre o tema .....	60
2    Principais aspectos das decisões de mérito proferidas pelo STF na ADI nº 5.659-MG e na ADI nº 1.945-MT .....	65
2.1    Méritos do julgamento do Supremo e do voto do Ministro Dias Toffoli .....	66
2.2    Previsão do serviço em lei complementar como critério objetivo para dirimir conflitos de competência envolvendo o ICMS e o ISS .....	68
2.3    Possibilidade de o ICMS incidir sobre bens imateriais, desde que verificada a transferência de titularidade da mercadoria.....	70

2.4	Aparente superação da distinção clássica de que o ICMS está relacionado a <i>obrigação de dar</i> e o ISS a uma <i>obrigação de fazer</i> em operações mistas .....	71
3	Efeitos atuais e potenciais da decisão do STF no sentido da não-incidência do ICMS sobre software .....	74
3.1	Reflexos do julgamento das ADIs nº 1.945-MT e nº 5.659-MG em outros casos – inconstitucionalidade do Convenio ICMS 106/2017 (bens digitais) .....	74
3.2	Possíveis reflexos do julgamento das ADIs nº 1.945-MT e nº 5.659-MG sobre casos futuros de conflitos de competência entre o ISS e o ICMS .....	76
3.3	Possíveis reflexos do julgamento das ADIs nº 1.945-MT e nº 5.659-MG sobre casos envolvendo softwares e outros tributos .....	77
	Conclusões .....	77

## Desafios concorrenciais e regulatórios da inovação no mercado financeiro brasileiro

<b>Celice Camila Rocha Soares, Juliana Strohl</b> .....	81
1 O que são <i>fintechs</i> ? .....	82
2 A concentração de dados e informações no mercado financeiro .....	83
3 O papel das autoridades públicas na inovação e competitividade .....	84
4 A agenda de inovação do Banco Central .....	85
5 O papel do CADE .....	88
6 Os bloqueios de entrada e os remédios aplicáveis .....	90
Conclusão .....	92
Referências .....	94

## O marketing e a publicidade online sob a ótica da lei geral de proteção de dados pessoais

<b>Giovanna Lino Piccinato Dias</b> .....	95
Introdução .....	95
1 O Marketing e a Publicidade .....	98
2 As técnicas de Marketing e Publicidade Online .....	101
3 A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais .....	105
4 As aplicações da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais nas técnicas de Marketing e Publicidade Online .....	107
5 Os impactos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais nas técnicas de Marketing e Publicidade Online .....	115
Conclusão .....	122
Referências .....	123

## Apontamentos sobre proteção de dados pessoais em aplicativos de namoro que usam a geolocalização

<b>João Paulo Capelotti, Thiago Conceição Pelizzon</b> .....	127
Introdução .....	127
1 Uso da geolocalização em aplicativos de namoro para fins publicitários .....	133
2 Os riscos da geolocalização em caso de criminalização de orientação sexual ou de identidade de gênero .....	140
Conclusão .....	142
Referências .....	143

Nova realidade jurídica: Do uso da tecnologia ao <i>Visual Law</i>	
<b>Karelina Staut de Aguiar</b>	147
Introdução	147
1 <i>Visual Law</i> e as novas formas de comunicação legal. Design centrado no humano	149
2 Tendências em escritórios e no Judiciário brasileiro	151
3 Pesquisa: Grupo VisuLaw	156
Considerações finais	157
Referências	158

#### Desafios de adequação da LGPD para empresas de economia compartilhada acerca dos dados de geolocalização

<b>Thábata Paolla S. Gonçalves de Souza</b>	161
Introdução	161
1 Histórico da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	162
2 Princípios norteadores da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	163
3 Diferenças entre a GDPR e LGPD	165
4 Desafios de adequação para empresas de economia compartilhada acerca da LGPD e a geolocalização	167
Conclusão	174
Referências	175

#### PARECER

#### Consulta a respeito da legalidade dos Atos 820 e 821, de 7 de fevereiro de 2019, do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel

<b>Carlos Ari Sundfeld</b>	179
Parecer	180
Introdução	180
1 A prorrogação da autorização de uso de radiofrequência como direito	181
2 O que caracteriza como necessária a modificação da destinação de uso de radiofrequência?	185
3 Competência da Anatel para gestão do espectro de radiofrequência	189
Conclusão	190
Instruções para os autores	193